

## **Síntese**

### **Estudos Econômicos da OCDE :**

### **Zona Euro – Volume 2003-12**

#### **Overview**

**OECD Economic Surveys : Euro Area - Volume 2003 Issue 12**

#### **Portuguese translation**

**As sínteses são excertos de publicações da OCDE,  
encontrando-se livremente disponíveis na livraria em linha :**

**[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)**

**Esta síntese não é uma tradução oficial da OCDE.**



**ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT**

**ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS**

## Avaliação e recomendações

### Principais desafios políticos macroeconômicos e estruturais

Durante seus quase cinco anos de existência, a União Econômica e Monetária Européia (UME) teve que enfrentar fortes ventos contrários. Ao ser instaurada a moeda única, a zona euro conheceu um sólido crescimento econômico, acompanhado de recuo do desemprego e de rápida melhoria das finanças públicas. Mas apareceram vários problemas estruturais com a desaceleração cíclica iniciada em 2001, da qual a zona euro está se recuperando hesitantemente. Os desafios atualmente enfrentados pelos responsáveis políticos são de curto e médio prazo. Hoje estes responsáveis estão confrontados com uma demanda estagnante. Diante dessa situação, a política monetária foi flexibilizada e a política orçamentária reagiu através de estabilizadores automáticos. No entanto, a margem de manobra era limitada por tensões inflacionárias persistentes e ajustes fiscais insuficientes implementados anteriormente em vários estados membros. Entrementes a taxa cambial do euro melhorou significativamente. A médio prazo, a Comunidade definiu metas ambiciosas e um vasto programa para melhorar as performances dos mercados financeiros, de trabalho e de produtos. Este programa deve ser seguido vigorosamente, aumentando assim de maneira importante as chances de progressão do crescimento tendencial e do emprego ao mesmo tempo que facilita o estabelecimento de uma situação orçamentária sadia.

### A desaceleração revelou-se de maior duração que previsto

O crescimento caiu do nível recorde de 3½ porcentos em 2000 até 1 por cento em 2002. A explosão da bolha do mercado mundial de valores, as perturbações nos balanços das empresas e as incertezas quanto ao planejamento e à firmeza da retomada impediram a recuperação rápida do investimento empresarial enquanto perspectivas de emprego mais sombrias e incertezas geopolíticas afetavam a confiança e as despesas do consumidor. As políticas macroeconômicas providenciaram alguma compensação, as taxas de juros tendo sido reduzidas várias vezes desde 2001 em função do recuo da inflação, enquanto a posição orçamentária era levemente expansionista desde 2000. Esta pode ser explicada pela ação orçamentária de alguns países que conseguiram uma margem de manobra suficiente, mas também de países que ainda não a conseguiram e se encontraram transgredindo os compromissos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado. Se os choques foram em grande medida planetários, a zona euro mostrou menos resistência a estes choques de que numerosas outras partes da OCDE. Isto pode ser devido a rigidezes estruturais e institucionais que impediram a pronta

retomada da demanda doméstica. Se o comércio exterior líquido recuperou um pouco do terreno perdido, esta influência favorável está agora desaparecendo à medida que a taxa de câmbio se recupera de suas perdas anteriores.

## **Desemprego pouco aumentou até agora, enquanto a pressão da inflação é decrescente**

Apesar de crescimento inferior à média, a taxa de desemprego pouco aumentou até hoje. Após ter alcançado seu ponto mais baixo em 2001, cresceu em  $\frac{3}{4}$  de ponto percentual para alcançar os 8 $\frac{3}{4}$  porcentos. Isto pode ser devido à melhor performance no mercado de trabalho, mas também poderia disfarçar importante retenção de mão-de-obra. Ademais, os salários reais pouco desaceleraram durante o declínio da atividade, o que sugere que a resistência dos salários aos choques negativos permanece uma característica importante dos sistemas de elaboração de salários na zona euro. No entanto, com o acréscimo das capacidades inutilizadas nos mercados de produtos, a queda das margens de lucro e a apreciação da moeda, a inflação voltou a 1,9 por cento em maio, depois de ser ter mantido entre 2 e 3 porcentos desde meados de 2000.

## **A recuperação iniciará moderadamente**

A retomada enfrentará provavelmente ventos contrários durante algum tempo. O conflito no Golfo pesou muito na confiança dos consumidores e das empresas, e os preços do petróleo foram elevados e instáveis. O euro foi apreciado em mais de 20 porcentos em termos efetivos, comparado ao seu baixo nível no final de 2000, o que atenuou as pressões inflacionistas. Por conseguinte, e na hipótese de uma taxa de câmbio permanecendo forte, a OCDE conta com o Banco Central Europeu (BCE) para manter a taxa ao seu nível, depois da série de decréscimos ocorridos entre a primavera 2003 e os meados de 2004. Por outro lado a política orçamentária, limitada pelos deslizamentos anteriores, não terá mais efeito incentivador, salvo ao se afastar dos requisitos constantes do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A OCDE considera que a atividade permanecerá provavelmente moderada em 2003, mas poderia acelerar até alcançar a taxa de crescimento potencial de 2 porcentos em 2004. A taxa de desemprego deveria chegar ao seu auge em 2003, para diminuir levemente em seguida e voltar em 8 $\frac{1}{2}$  porcentos aproximadamente na segunda metade de 2004. A diferença negativa de produção permanecendo importante e os fatores temporários desaparecendo, espera-se o declínio da inflação em 1 $\frac{1}{2}$  por cento em 2004.

## **Riscos de degradação predominam**

As incertezas relativas às previsões são importantes. Do lado positivo, os preços do petróleo poderiam cair mais que previsto após o fim do conflito no Golfo, ocasionando assim a diminuição da inflação e incentivando as rendas das famílias. Outro fator positivo é a possibilidade de dissipação das incertezas mais rápido que previsto, levando à maior retomada da confiança e à ocorrência mais rápida da poupança de precaução, suportando assim a demanda doméstica mais de que se esperava. Também

existem, porém, importantes riscos de queda da cotação, de ambos os lados interno e externo, o fraco crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2003 não augurando nada de bom quanto a isto. Uma possível onda de reestruturação empresarial, com redução do pessoal e aumento do desemprego, prejudicaria ainda mais a confiança dos consumidores. O aperto orçamentário poderia ser maior que o incorporado nas previsões da OCDE se vários países tomarem medidas para cumprir suas obrigações nos termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Geralmente tal evolução altera negativamente a demanda a curto prazo. O respeito dos compromissos melhoraria, porém, a credibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da política orçamentária em geral. A confiança dos consumidores e investidores seria assim incentivada, com implicações positivas para o crescimento a médio prazo e possivelmente a curto prazo. Ademais, a consolidação orçamentária parece conhecer mais êxito se incluir uma reforma das despesas que estimule mais o trabalho e o investimento. Do lado externo, a retomada da economia nos Estados-Unidos pode estagnar. Além disto, se os mercados financeiros considerarem que o aumento do déficit na balança de transações correntes nos Estados Unidos não é sustentável a médio prazo, poderia ocorrer nova apreciação da taxa de câmbio do euro para o dólar. Talvez a economia da zona euro possa resistir a um ou outro destes riscos de degradação, dada a capacidade de reação da política monetária. Todavia, seria muito difícil para os responsáveis políticos lidarem com vários choques negativos ao mesmo tempo.

## **Devia resistir-se à tentação de flexibilizar a política orçamentária durante a retomada**

Os Programas de Estabilidade apresentados pelos países membros em vésperas da desaceleração de 2001 estimavam que, nas grandes linhas, os orçamentos seriam equilibrados daqui a 2002, mas este objetivo foi adiado de pelo menos quatro anos. Os excessos foram generalizados, mas foram particularmente importantes nos três grandes países e em Portugal. Portugal transgrediu os limites de déficit, ou seja os 3 porcentos do PIB previstos pelo Tratado de Maastricht em 2001. A Alemanha e a França seguiram em 2002, enquanto que a Itália também se aproximava da zona de risco. Os atrasos relacionados às metas foram devidos em grande parte à flexibilidade orçamentária iniciada no auge do ciclo em 2000, com repercussões em 2001 e 2002 também. Estes países fracassaram em cumprir os compromissos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que exigia deles progredirem em direção ao equilíbrio orçamentário e se manterem a médio prazo em situação próxima do equilíbrio. Estes deslizes foram em parte devidos ao enfoque quase exclusivo em saldos orçamentários nominais (comparados com os saldos corrigidos das variações cíclicas), o que reforçou a natureza assimétrica do Pacto, cujos constrangimentos se fazem sentir em caso de declínio da atividade mas não de retomada. Mas os objetivos não foram alcançados também em razão da avaliação excessivamente otimista do potencial de crescimento subjacente. Portanto, esses países não conseguiram se premunir contra a desaceleração cíclica. Isto é uma pena por duas razões principais ao menos. Em primeiro lugar, significa que os estabilizadores automáticos não puderam agir plenamente durante a retomada, a política orçamentária não sendo assim em medida de atenuar este ciclo. Em segundo lugar, foi perdida uma preciosa oportunidade de se constituir um "tesouro de guerra" para enfrentar o futuro desafio representado pelo envelhecimento.

## Requere-se ação corretiva ao mesmo tempo que reforma estrutural

Estas dificuldades levaram a Comissão a propôr uma série de medidas para consolidar a implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Na reunião da primavera 2003, o Conselho Europeu subsequentemente aprovou os princípios seguintes :

- A regra de uma situação próxima do equilíbrio ou excedentária deveria ser aplicada cada ano em termos corrigidos das variações cíclicas, e não só em horizonte a médio termo.
- Os países que ainda não cumpriram esses requisitos comprometem-se na consolidação de sua situação orçamentária de pelo menos ½ por cento do PIB por ano em termos corrigidos das variações cíclicas.
- Deveriam ser evitadas políticas orçamentárias pro-cíclicas, particularmente quando as condições de crescimento são favoráveis.
- A avaliação da conformidade dos programas de Estabilidade e Convergência com o requisito da situação próxima do equilíbrio ou excedentária deveria levar em consideração a viabilidade a longo prazo das finanças públicas, as margens de segurança necessárias em relação ao limiar de 3 porcentos, e a qualidade das finanças públicas.
- O ritmo de diminuição da dívida pública tem um papel importante no controle orçamentário, particularmente nos países altamente endividados. Conforme o disposto no Tratado, o procedimento de déficit excessivo deveria contribuir para assegurar um ritmo satisfatório de redução da dívida.

Este quadro bem definido parece legítimo, mas funcionará unicamente se os governos se "apropriarem" este conjunto de regras. O preço a pagar para proceder ao aperto orçamentário antes da retomada ser plenamente iniciada é justificado se remediar ao ajuste insuficiente do passado e reforçar a credibilidade do quadro de política macroeconômica. Além disto, seguir o programa de reforma estrutural para estimular o crescimento potencial tornaria muito mais fácil a volta a uma situação orçamentária correta. Aliás, o fato que a maioria dos pequenos países da zona euro – que cresceram em média 3 porcentos ao ano desde a instauração da moeda comum, para 1¾ por cento nos três maiores países – tenha facilmente cumprido a regra de posição próxima do equilíbrio ou excedentária é uma ilustração disso.

## As previsões da OCDE contam com taxas de juro permanecendo ao mesmo nível até a retomada ser confirmada

Os desafios enfrentados pelas políticas monetárias na conjuntura atual são complexos. As taxas de juro foram reduzidas de 225 pontos de base no total desde maio de 2001 e se situavam em 2½ porcentos em março de 2003. Recentemente as dificuldades nos mercados financeiros se atenuaram levemente, mas a reestruturação necessária dos balanços empresariais poderia moderar a retomada do investimento. O dinamismo dos créditos às famílias, associado ao ciclo dos bens imóveis e incentivado por baixas taxas de juro, forneceu alguma compensação até agora, mas a ultrapassagem persistente do objetivo de estabilidade dos preços, ou seja manter a inflação aquém dos 2 porcentos a médio prazo, limitou as possibilidades de flexibilização mais nítida da política monetária. No entanto, graças à apreciação do euro, à moderação dos preços do petróleo e à importante sub-utilização das atividades econômicas, as pressões inflacionistas decresceram recentemente, possibilitando à BCE

diminuir as taxas de juro de 50 pontos de base suplementares em junho de 2003. Neste contexto, as taxas de juro principais permanecerão provavelmente ao mesmo nível até que haja prova nítida de retomada sustentável. Caso surjam provas de enfraquecimento suplementar da atividade econômica e de diminuição das pressões inflacionistas, o BCE deve ser preparado a reduzir novamente suas taxas de juro básicas, ao mesmo tempo que continua vigilante em caso de exposição ao risco em alta.

## O quadro da política monetária foi esclarecido

Desde a adoção do euro há quatro anos e meio, o quadro e as modalidades da política monetária evoluíram sensivelmente. A definição operacional da estabilidade dos preços –acréscimo anual do Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC) inferior a 2 porcentos a médio prazo – deixou na prática certa margem para absorver os choques temporários de preços. Quando do exame de sua política monetária em maio de 2003, o BCE reiterou sua definição da estabilidade de preços, mas esclareceu que para alcançar a estabilidade de preços, tem como meta manter as taxas de inflação próximas aos 2 porcentos no médio prazo, como o fez no passado. Este esclarecimento evidenciou a necessidade de propiciar uma margem de segurança suficiente para se prevenir dos riscos de deflação. Também abordou a questão da medida potencial da tendência no IHPC e as implicações das diferenças de inflação na zona euro. Ademais, o exame definiu a estratégia de duas colunas, sublinhando o papel da análise monetária como meio de verificar, em perspectiva de médio ou longo prazo, as indicações de riscos para a estabilidade dos preços a curto e médio prazo decorrentes das variações econômicas e financeiras do mercado. Estes esclarecimentos são bem-vindos por sustentarem a resistência do quadro de ação contra os riscos de deflação e reforçarem a antecipação pelo mercado, com taxas de inflação se mantendo acerca de 2 porcentos.

## Parece difícil alcançar agora as metas de Lisboa

Alcançar o objetivo estratégico definido durante a conferência de Lisboa em 2000 para tornar a economia europeia a "economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo" daqui a 2002 parece hoje muito difícil, e exige que sejam realizados maiores progressos na implementação do programa de reforma estrutural já definido, e que se preste mais atenção nos esforços complementares que possam ser requeridos. A retomada de 1993-2000 correspondia em parte à absorção de grande quantidade de recursos cíclicos não utilizados e criados durante a recessão, no início dos anos 90, enquanto que o crescimento da produção potencial melhorava algo unicamente, ao contrário dos Estados Unidos. Apesar da implementação do Programa de Mercado Único ter efeitos positivos, esta foi dolorosamente lenta em certos setores, a capacidade de inovação pouco progrediu e a performance do mercado de trabalho, embora melhor nesses últimos anos, poderia ser consideravelmente fortalecida ainda. O cenário da OCDE a médio prazo sugere que, se as políticas não forem modificadas, persistirão diferenças de crescimento entre os Estados Unidos e a zona euro. A produtividade do trabalho aumentaria em 1½ por cento ao ano no período 2003-2008, para 2¼ porcentos nos Estados Unidos. Com o bastante fraco declínio do desemprego estrutural, que permanece em 7½ porcentos, ou seja de 2½ pontos percentuais superior à taxa dos Estados Unidos, o crescimento tendencial do PIB per capita seria de 1¾ por cento na zona euro, para 2¼ porcentos nos Estados Unidos. Numa perspectiva mais ampla, e com o envelhecimento levando finalmente ao

declínio da população em idade ativa, o crescimento só poderá ser sustentado favorecendo a participação dos que não teriam emprego de outra maneira, invertendo a diminuição tendencial da duração do trabalho, ou implementando reformas que incentivem o crescimento da produtividade. Neste contexto, os ganhos potenciais da criação de um mercado europeu totalmente integrado e competitivo, insuflando novo dinamismo às empresas, investindo no saber e na inovação, e progredindo nas reformas do mercado de trabalho, poderiam ser importantíssimos.

## **Barreiras restantes ao comércio interno deveriam ser eliminadas**

Dez anos após seu lançamento, o mercado único cumpriu parcialmente seu objetivo de promoção da integração europeia, que se traduziu pela convergência dos preços de bens comercializados, a concorrência mais elevada no setor manufatureiro, e a forte progressão dos fluxos comerciais e de investimento. Mas este processo ainda não acabou. Devido em parte a fatores de regulamentação e tributação, os setores de serviços não são bem integrados, e permanecem obstáculos importantes. Podemos citar a falta de reconhecimento mútuo das licenças de exercício de atividade e dos diplomas em muitos serviços, e uma série de problemas específicos a alguns setores, tal como o sistema atual de atribuição de faixas nos aeroportos, que ainda dificulta as novas entradas. As medidas de liberalização deveriam ser mais ambiciosas, particularmente nos setores postal e ferroviário. Além disto, a integração dos mercados financeiros, embora em progressão, é muito desigual segundo os segmentos do mercado. Várias diretivas do Plano de Ação para os Serviços Financeiros ainda não foram adotadas, inclusive a diretiva esperada há muito sobre a Oferta Pública de Aquisição, enquanto esforços suplementares devem ser feitos para eliminar as barreiras nacionais dificultando o comércio transfronteiriço e a entrada nos mercados. Enfim, o quadro regulamentar da Comunidade está muito longe de responder às recomendações do Conselho da OCDE sobre a melhoria da qualidade da regulamentação governamental. Por exemplo, até recentemente a avaliação do impacto da regulamentação não era obrigatório, e os problemas de implementação devem ser estudados mais atentamente. Foram tomadas medidas para melhorar a situação. Em resumo, o programa do mercado único está progredindo, mas lentamente.

## **A política concorrencial transcende os interesses nacionais**

A forte concorrência nos mercados de bens e serviços reveste importância particular para o crescimento e a proteção do consumidor e é objeto de um capítulo especial do presente *Estudo*. Graças à concorrência, os ganhos de produtividade se traduzem por uma diminuição dos preços ao consumidor e dos preços dos intranses para produtores, uma redução das rendas ligadas à posição dominante das empresas estabelecidas, e maior pressão nas empresas para concederem e utilizarem recursos da melhor maneira. Outrossim, estimula as empresas a investirem continuamente na produção de produtos novos e melhores, ao mesmo tempo que aperfeiçoarem os processos de produção. O quadro comunitário da política concorrencial visa a assegurar condições iguais para empresas rivais, e como tal é um dos suportes do mercado único. Trata-se de uma das principais áreas de atividade entrando no campo de competência da Comunidade, e abrange medidas antitrust, liberalização, ajudas do Estado e controle das fusões. Além disto, a maior liberalização das trocas comerciais aumentaria a concorrência e deveria ser procurada nas atuais negociações comerciais internacionais para tirar

proveito dos ganhos importantes que ainda possam decorrer da maior liberdade das trocas comerciais. Ainda deve ser melhorado o acesso ao mercado dos produtos agrícolas para os países desenvolvidos, particularmente para os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que devem ser reduzidas, com o objetivo de eliminá-las progressivamente, todas as formas de subsídio à exportação assim como os outros subsídios alterando as trocas comerciais agrícolas.

## **Acompanhamento dos instrumentos da política concorrencial**

As regras concorrenciais da Comunidade, aplicadas cada vez que as práticas anti concorrenciais tiverem consequências no comércio transfronteiriço, dependem essencialmente da Diretoria Geral da Comissão para Concorrência, e completam as legislações concorrenciais nacionais. Foram adotadas reformas recentemente, na intenção de aumentar o papel das autoridades nacionais no processo de implementação. A Diretoria Geral dispõe de numerosos instrumentos de ação que acaba de reformar recentemente, aumentando por exemplo o controle interno e a transparência no tratamento dos casos individuais, ao mesmo tempo que fortalece os poderes de investigação da Comissão. Tendo em conta as reformas recentes e em andamento, não se pode perder de vista os aspectos seguintes :

- Multas em caso de práticas anti concorrenciais já são elevadas, mas seu efeito dissuasivo deveria ser avaliado.
- O programa de clemência já é muito atraente, mas as possibilidades de torná-lo ainda mais atrativo poderiam ser exploradas sob a luz da experiência adquirida e das medidas similares tomadas pelos estados membros. Isto poderia liberar recursos no seio da autoridade da concorrência.
- Deveria ser reexaminada a eficiência das reformas visando à melhoria do equilíbrio entre os três poderes incorporado no processo de controle das fusões.
- As ações judiciais deveriam ser encorajadas num quadro jurídico bem equilibrado que evite seu uso estratégico por concorrentes para dificultar a concorrência.

Ademais, a ação Comunitária para implementar um mercado de serviços único deveria ser fortalecida e sustentada pela política concorrencial, a nível nacional em particular. Deveriam ser tomadas medidas para facilitar o enfoque no planejamento a longo prazo, e os campos em que se pode esperar os maiores ganhos deveriam ser prioritários. A Comissão está estudando atualmente esta questão. Também parece haver muitos ganhos potenciais no acréscimo da concorrência e em matéria de mercado público. Uma tarefa importante dos serviços da Comissão consiste em tornar mais visíveis os amplos ganhos da política concorrencial, para lutar contra a oposição, muitas vezes intensa, dos interesses adquiridos a grau superior de concorrência.

## **A liberalização das indústrias de redes deveria ser reforçada**

A política concorrencial é completada pela regulamentação das indústrias de redes recentemente liberalizadas, à qual se sobrepõe parcialmente. Apesar dos esforços louváveis da UE nesta área, a concorrência ainda sofre da posição dominante das empresas estabelecidas em alguns setores. Os decréscimos nos preços decorrentes da liberalização nas indústrias de redes diminuíram, enquanto novos entrantes parecem não ganhar mais fatias de mercado com as empresas instaladas em alguns setores. De fato, as empresas estabelecidas na telefonia celular foram capazes de consolidar sua



posição. Além disto, a dispersão dos preços e as diferenças nos níveis de preços com outros países deixam pensar que ainda não foram exploradas todas as possibilidades de ganhos de eficiência.

## Inovação deve ser fomentada

Numerosos indicadores mostram que a atividade de inovação na zona euro está atrasada comparada aos países mais avançados da OCDE. As despesas de pesquisa e desenvolvimento (R&D) por exemplo, em porcentagem do PIB, são relativamente modestas e o investimento em capital de risco não passa de um terço da média da OCDE, enquanto a proporção de produtos de alta tecnologia é inferior aos dois terços da proporção observada nos Estados Unidos. Há muito tempo que se espera a implementação, à escala da UE, de um sistema eficaz de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual. A recente adoção de uma "Patente Comunitária" representa um grande avanço, mas os custos estimados do depósito de patentes, embora significativamente reduzidos graças a esta iniciativa, deveriam ainda ser cortados pela metade para ser ajustado aos custos das outras economias importantes da OCDE. O aumento das despesas em R&D até alcançar o objetivo definido pelo Conselho de Barcelona em 2002, ou seja, 3 porcentos do PIB, implicaria a duplicação das despesas, comparadas com o nível atual. Parece mais urgente, porém, incrementar a eficácia das despesas de R&D de que crescer seu montante. Para tanto, é necessário implementar políticas que melhorem as condições do quadro, por exemplo as relativas ao mercado do capital de risco, para encorajar a tomada de risco. Ademais, o sistema atual não conseguiu promover a especialização da pesquisa a nível europeu, por isso há muito que fazer ainda para chegar a economias de escala.

## Mercados de trabalho ainda precisam ser reformados

É urgente reformar os mercados de trabalho. Não obstante alguns progressos realizados desde meados dos anos 90, a taxa estrutural de desemprego ainda era em 8 porcentos em 2002 com base nas estimativas da OCDE, ou seja vários pontos percentuais acima das melhores taxas registradas nos países da OCDE. Entrementes, foram acentuadas as disparidades entre as competências e desenvolvida a "dualidade" nos mercados de trabalho, propiciando possivelmente uma porta de entrada para certas categorias de trabalhadores, mas também com o risco de bloqueá-los em empregos mal remunerados ou precários. Se a competência da Comunidade é limitada em matéria de políticas do mercado de trabalho, o Conselho Europeu de Lisboa em 2000 e o Conselho Europeu de Estocolmo em 2001 definiram objetivos ambiciosos para o conjunto da União, entre outros a taxa de emprego global (70 porcentos em 2010, para 64 porcentos atualmente) e a taxa de emprego dos trabalhadores idosos (50 porcentos, para os 38½ porcentos atuais). Até agora, a importância das reformas implementadas para a realização desses objetivos variou consideravelmente entre os estados membros, e se forem mantidas as tendências e políticas atuais, corre-se grande risco de não alcançar esses objetivos. As reformas – com prioridades dependendo das condições específicas de cada país - deveriam enfocar nos elementos seguintes :

- *Valorização do trabalho*, graças à diminuição das medidas financeiras dissuasivas para o trabalho e decorrentes dos sistemas de tributação e prestação, ao mesmo tempo que são reduzidos os incentivos à pre-aposentadoria.

- *Fortalecimento da eficácia das políticas ativas no mercado de trabalho*, dando mais importância à concordância entre a oferta e a procura de empregos graças aos serviços públicos de emprego, por oposição aos empregos subsidiados.
- *Acréscimo da mobilidade no trabalho*, para facilitar a absorção dos "choques assimétricos" afetando certas regiões, setores ou profissões. Para tanto, são necessárias iniciativas a nível do conjunto da UE, relativas por exemplo ao reconhecimento mútuo dos diplomas ou à transferibilidade dos direitos à pensão – tantas áreas em que as possibilidades de progresso são vastas. Além disto, a mobilidade no seio de alguns países da zona euro também precisa ser encorajada
- *Reformas na maneira de determinar os salários*, de modo a possibilitar maior equilíbrio do mercado a nível local e a supressão dos mecanismos de indexação para flexibilizar a resistência dos vencimentos diante dos choques de preços negativos.
- *Flexibilização da legislação de proteção do emprego*, para estimular a criação de empregos e facilitar um ajuste flexível diante da modificação das condições econômicas, reduzindo assim também a segmentação do mercado de trabalho.

## Ganhos potenciais devidos à reforma estrutural são importantes

As simulações realizadas com base no modelo Interlink da OCDE deixam pensar que as reformas dos mercados de produtos e de trabalho teriam grande impacto sobre a performance econômica global. Uma reforma da regulamentação do mercado de produtos para torná-lo tão favorável à concorrência como nos Estados Unidos poderia incrementar em 2 porcentos o nível de produtividade de multifatores daqui ao final do presente decênio. Ademais, com base em estimativas conservadoras, os esforços conjugados das reformas nos mercados de trabalho e de produtos poderiam reduzir fortemente o desemprego estrutural e elevar a taxa de atividade, resultando em acréscimo do emprego consideravelmente mais rápido. Tais reformas poderiam incentivar o potencial de crescimento *per capita* na zona euro de 1¼ a 2¼ porcentos, ou seja a mesma taxa que nos Estados Unidos. Esta performance implicaria uma melhoria nítida da situação orçamentária, possibilitando importante redução dos encargos fiscais. Além disto o recuo da inflação possibilitaria uma orientação monetária mais flexível.

## Sumário

Em resumo, o programa de forte crescimento e emprego adotado na conferência de Lisboa em 2000 parece tanto mais aditado hoje que a zona euro tem enfrentado uma desaceleração que se prolonga mais de que previsto. Enquanto as metas específicas fixadas durante essa conferência parecem agora muito difíceis de alcançar, seria determinante a mudança radical de atitude diante da reforma estrutural para realizar as grandes orientações que foram definidas. A situação econômica a curto prazo permanece instável. Embora o mercado de trabalho tenha resistido bastante bem até agora, esta situação poderia não ser sustentada durante muito tempo pois a retomada continua enfrentando ventos contrários, e ainda são presentes riscos de degradação. A curto prazo, não se pode esperar nenhum descanso da política orçamentária, que precisará corrigir os ajustes anteriores insuficientes.

No entanto, a política monetária foi nitidamente flexibilizada à medida que se atenuaram as pressões inflacionistas. Se a atividade econômica mostrar novos sinais de enfraquecimento, diminuindo ainda as pressões inflacionistas, o BCE deverá ser pronto a reduzir novamente suas taxas de juros básicas, permanecendo ao mesmo tempo vigilante para com exposição ao risco em alta. Portanto, nessa fase é quanto mais indispensável seguir vigorosamente o vasto programa de reforma estrutural. Os obstáculos ainda entravando a plena realização do mercado interno deveriam ser eliminados – entre outros no setor de serviços – concorrência e inovação deveriam ser incentivadas, e a flexibilidade nos mercados de trabalho deveria ser fortalecida. O quadro regulamentar Comunitário deveria ser melhorado, de modo a reduzir as formalidades administrativas e a levar a uma implementação mais satisfatória das regulamentações no seio da Comunidade. Maior liberalização das trocas comerciais fortaleceria ainda mais a concorrência e possibilitaria ganhos de bem-estar nitidamente superiores. Os ganhos potenciais das reformas estruturais parecem muito importantes e facilitariam a realização de muitos objetivos políticos, incluindo a estabilidade dos preços, a viabilidade das finanças públicas diante do envelhecimento da população, um crescimento fortalecido e o pleno emprego.

**Esta síntese é uma tradução dos excertos da publicação original da OCDE publicada com os seguintes títulos em Inglês e Francês:**

**OECD Economic Surveys : Euro Area – Volume 2003 Issue 12**  
**Études Economiques de l'OCDE : Zone Euro – Volume 2003-12**  
**© 2003, OECD.**

More information on [www.oecd.org/daf/investment/guidelines](http://www.oecd.org/daf/investment/guidelines)

As publicações e as sínteses da OCDE são disponíveis na livraria em linha da OCDE no website [www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

*Na livraria em linha da OCDE no campo "Title Search" digite "overview" ou digite o título da publicação em Inglês (as sínteses são unidas pelo título original em Inglês).*

As sínteses são preparadas pela Rights and Translation unit,  
Public Affairs and Communications Directorate.  
email : [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org) / Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD, 2003

A reprodução desta síntese é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.